



Boletim Informativo nº. 06/2019

Cuiabá/MT, 01 de novembro de 2019.

1. NOVIDADES LEGISLATIVAS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[LEI Nº 10.949, de 1º DE OUTUBRO DE 2019](#) - Cria o Programa de Prevenção e Combate a Jogos que Induzem Crianças e Adolescentes à Automutilação e ao Suicídio e dá outras providências.

[LEI Nº 13.882, de 8 DE OUTUBRO DE 2019](#) - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.

[MEDIDA PROVISÓRIA nº 898, de 15.10.2019](#) – Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro de 2019 como abono natalino.

[MENSAGEM DE VETO TOTAL nº 492, de 8.10.2019](#) – Projeto de Lei nº 3.688, de 2000 (nº 60/07 no Senado Federal), que “Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica”.

[DECRETO nº 10.055, de 14.10.2019](#) - Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atendimento socioeducativo, para fins de elaboração de estudos das alternativas de parcerias com a iniciativa privada para a construção, a modernização e a operação de unidades socioeducativas, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

[DECRETO nº 10.064, de 14.10.2019](#) - Institui o Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras para Adoção Internacional de Crianças e Adolescentes.

[DECRETO nº 10.069, de 17.10.2019](#) – Dispõe sobre o Conselho Nacional da Juventude.



2. ATUALIZAÇÕES E ANDAMENTOS DE PROJETOS DE LEI

CCJ permite que Ministério Público promova ação por lesão corporal leve contra adolescente. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4767/16, que autoriza o Ministério Público a promover ação penal de crimes de lesões corporais leves e culposas contra menor de 18 anos ou incapaz em contexto de violência doméstica e familiar. [Clique aqui](#) para ler mais.

O Projeto de Lei 4602/19 proíbe a utilização do sistema de cotas para ingresso em um segundo curso superior ou um segundo curso técnico, quando o primeiro já tiver sido feito por meio de cota. [Clique aqui](#) para ler mais.

Projeto aumenta para um ano a prestação de serviço comunitário por adolescente. O Projeto de Lei 4679/19 aumenta de seis meses para um ano o tempo máximo para prestação de serviços comunitários por adolescente infrator previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). [Clique aqui](#) para ler mais.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4527/19, do deputado Gilson Marques (NOVO-SC). O texto altera o Código de Processo Civil para estabelecer regras para a realização de audiências públicas no curso de processos judiciais. [Clique aqui](#), para ler mais.

CCJ aprova tipificação do crime de induzir adolescentes a se automutilarem. [Clique aqui](#) para ler mais.

3. MATERIAL DE APOIO: “EDUCAR É DAR LIMITES”

Com imensa satisfação o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, em atuação conjunta com a Procuradoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente, informa que, em 14/10/2019, enviou a todos do MPMT, via e-mail, material de apoio referente ao tema educação dos filhos(as) e transmissão de limites – métodos recomendados pela psicologia moderna e outros materiais.



O referido material foi cuidadosamente elaborado pela equipe, tendo sido utilizado como parâmetro o livro denominado “A Arte de Dar Limites” (2016), escrito pelo Dr. Luiz Alberto Hanns, Psicólogo, doutor em psicologia clínica, pesquisador e psicanalista.

Por meio dos vídeos que compõem o material de apoio, Luiz Alberto Hanns comenta sobre as mudanças que levaram a esse quadro e também suas consequências, bem como apresenta as dificuldades e desafios de impor limites aos filhos no contexto atual.

O material foi elaborado no intuito de fomentar palestras e cursos de capacitação/qualificação com excelência para profissionais que atuam na área da educação pública e nos órgãos de proteção da infância e juventude. Todo o material foi inserido no banco de peças (pasta palestras) da plataforma digital do CAO Infância e Juventude. [Clique aqui](#) para ter acesso ao material.

4. MP/MT EM AÇÃO

MP questiona retirada de competência das Varas da Infância e Juventude

A equipe do CAO da Infância e Juventude em conjunto com a Procuradoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente requereu administrativamente, junto ao Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, a revisão parcial do disposto nos artigos 1º e 7º, ambos da Resolução TJ/MT/OE nº 9, de 25 de julho de 2019, bem como expediu Nota Técnica com objetivo de orientá-los e de tornar público o posicionamento no sentido de que é necessária a urgente revisão da referida resolução, de modo a afastar a previsão de que a 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Várzea Grande possa, na área da saúde, processar e julgar as ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente (art. 148, I, da Lei Nacional n. 8.069/90) “em que figurem como parte o Município de Várzea Grande individualmente e/ou o Estado de Mato Grosso em litisconsórcio com os Municípios do Estado”.

[Clique aqui](#) para acessar a **Nota Técnica**.

[Clique aqui](#) para acessar o **Requerimento Administrativo**.



Propostas para construção de seis centros socioeducativos no interior são analisadas

Após atuação incansável do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, finalmente estão em processo de análise pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) as propostas para contratação da empresa que ficará responsável pela construção de seis centros socioeducativos nos municípios de Sinop, Cáceres, Várzea Grande, Tangará da Serra, Barra do Garças e Rondonópolis. O titular da Procuradoria de Justiça Especializada da Criança e do Adolescente, procurador Paulo Roberto Jorge do Prado, participou da reunião de abertura das propostas.

“Essas unidades vão proporcionar a abertura de 360 novas vagas. Durante a reunião, o vice-governador do Estado, Otaviano Pivetta, comprometeu-se em não medir esforços para garantir que os centros socioeducativos sejam inaugurados até julho do ano que vem”, ressaltou o procurador de Justiça Paulo Prado.

Ele lembrou que, em abril deste ano, no Palácio Paiaguás, o Ministério Público (MPMT) reivindicou junto ao Poder Executivo estadual o cumprimento do acordo judicial, firmado no governo passado, de construção e reforma de Centros Socioeducativos em cidades polo do Estado. Durante a reunião, que também contou com a participação do Procurador-Geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, foi detalhado ao governador Mauro Mendes os termos do acordo firmado entre as partes, por intermédio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (Nupemec).

Liminar determina que ação envolvendo idosa tramite em Mirassol D’Oeste

O desembargador Márcio Vidal, integrante da Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça, concedeu liminar ao Ministério Público, em agravo de instrumento, determinando ao Juízo de Mirassol D’Oeste o processamento de uma Ação de Obrigação de Fazer que busca viabilizar a realização de cirurgia em uma idosa. O magistrado local havia declinado competência para a 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande, com base na Resolução nº 09/2019 do Tribunal de Justiça.

No recurso, o MPMT sustentou a inconstitucionalidade da referida resolução. Explicou que, por se tratar de matéria processual, a mudança de competência das Varas demandaria a edição de lei formal. Acrescentou ainda que, “ao modificar a competência absoluta, por meio de instrumento processual inadequado”, a legislação especial do Idoso foi violada, já que é protegida pelo Código de Processo Civil. [Clique aqui](#) para ler mais.



MP celebra TAC com Município para reforma e ampliação de escola rural

O Município de Sapezal (529 Km de Cuiabá) assinou Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, comprometendo-se a realizar reformas estruturais e ampliação do prédio da Escola Municipal Jaime Marcelo Schecheli, situada na zona rural. A assinatura do TAC decorre de inquérito civil (SIMP 000411-018/2019), instaurado após a Promotoria de Justiça ter realizado uma visita à unidade escolar e constatado uma série de problemas no prédio que comprometem o funcionamento da unidade escolar e o aprendizado dos alunos. [Clique aqui](#) para ler mais.

Prevenção Começa na Escola beneficia alunos das zonas urbana e rural

Alunos da rede pública de ensino das zonas urbana e rural de São José dos Quatro Marcos (a 315km de Cuiabá) estão tendo um dia de aprendizado diferente nesta terça-feira (08). Reunidos no ginásio de esportes da Escola Municipal Vereador Evilásio Vasconcelos, eles participam de intervenções culturais sobre temas cada vez mais presentes não só no ambiente escolar como também no convívio social. Os estudantes recebem informações e orientações sobre destruição do patrimônio escolar, violência, abuso sexual, bullying e racismo. [Clique aqui](#) para ler mais.

Projeto Luz – Iniciativa busca padronizar atendimento às crianças e adolescentes

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio das Promotorias de Justiça de Sorriso, e em parceria com o Poder Judiciário, Polícias Militar e Civil, Conselho Tutelar, Assessoria Pedagógica do Estado e o município de Sorriso, lança nesta quinta-feira (17) o “Projeto Luz – Sorriso protege suas crianças e adolescentes”. O evento iniciará às 7h30, no auditório Farroupilha, no Centro de Eventos Ari José Riedi, no bairro Rota do Sol. [Clique aqui](#) para ler mais.

Promotores aderem a projeto que estimula hábito da leitura

Não basta ser promotor de Justiça, é preciso também saber contar histórias. Em Juara, município distante 696 Km de Cuiabá, os promotores Herbert Ferreira e Roberta Cheregati deixaram os seus gabinetes, por uma hora aproximadamente, para participar de um projeto que busca despertar nos alunos o hábito da leitura. Entre os clássicos escolhidos pelos representantes do Ministério Público, a obra da literatura infantil “A árvore velha”. [Clique aqui](#) para ler mais.



Justiça defere recurso do MPMT e obriga Estado a reformar escola

Aproximadamente 1,2 mil alunos matriculados na Escola Estadual Ênio Pipino, em Sinop (a 500km de Cuiabá), podem ter esperança de ver a escola reformada em breve. É que a Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso deferiu recurso do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por unanimidade, e impôs ao Estado a obrigação de reformar o prédio localizado na Rua das Avencas, nº 2261, no prazo de 90 dias. O acórdão foi publicado em 7 de outubro. [Clique aqui](#) para ler mais.

Promotoria não pediu “prisão” de garota que atirou em garimpeiro

A Promotoria de Justiça da Comarca de Alta Floresta não pediu a “prisão” da adolescente de 12 anos que no domingo (29 de setembro) atirou em um garimpeiro de 27 anos que adentrou no sítio da família dela, em Alta Floresta (a 792 km ao norte de Cuiabá). A Promotoria tem sido alvo de fake news com informações inverídicas sobre o caso, entre elas a notícia de um “pedido de prisão” que não foi feito. A informação falsa, postada em um blog criado no dia 1º de outubro, que por sua vez foi reproduzido por outros sites, portais e redes sociais, tem incitado a revolta da população. [Clique aqui](#) para ler mais.

Iniciativa do MPMT é finalista na 16ª Edição do Prêmio Innovare

O projeto “Olhos da Mata – Coibindo o Desmatamento Ilegal em Tempo Próximo ao Real”, desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Promotoria de Justiça de Itiquira, está entre os 12 finalistas do Prêmio Innovare. Na Categoria Ministério Público, além do MPMT, também foi selecionado o projeto “Transparência nas Listas de Espera do SUS”, do Ministério Público de Santa Catarina.

Ao todo, 617 práticas de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal participaram da seleção, tendo 166 iniciativas disputando as **duas vagas disponíveis para a Categoria Ministério Público.** [Clique aqui](#) para ler mais.

Entidades assinam protocolo para combater evasão escolar

O município de Tangará da Serra (a 239km de Cuiabá) passará a contar, em breve, com um sistema de controle de evasão escolar. Um protocolo para implantação da Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (Ficai) foi assinado no dia 29 de outubro, em consequência do inquérito civil instaurado pela 2ª Promotoria de Justiça Cível para apurar a infrequência e a evasão escolar dos alunos matriculados na rede pública do município. [Clique aqui](#) para ler mais.



Quarta palestra do Integra MP aborda bullying e crimes cibernéticos

“Bullying e Crimes Cibernéticos” é o tema da quarta palestra do projeto Integra MP – Feliz Natal, realizada nesta quinta-feira (31) na Escola Estadual André Antônio Maggi. O evento estava previsto para novembro, mas precisou ser antecipado em razão da agenda da palestrante, professora Aloma Ribeiro Felizardo. Para avaliar a efetividade da exposição e a fixação do conteúdo entre os alunos, eles terão que produzir um vídeo sobre o tema até o dia 22 de novembro. [Clique aqui](#) para ler mais.

Material de apoio – Capacitação Conselheiros Tutelares

A equipe do CAO Infância e Juventude informa que, no mês de julho, inseriu no banco de peças material de apoio para capacitação dos conselheiros tutelares eleitos, modelos de peças que são elaboradas por conselheiros tutelares, bem como para quem interessar em se valer desta ferramenta, segue abaixo colacionado relação com links de sites que promovem cursos gratuitos e online/modalidade a distância para capacitação de conselheiros tutelares.

[Banco de Peças MP/MT.](#)

[Curso de capacitação desenvolvido pelo MP/GO.](#)

[Curso de formação de conselheiros tutelares – Escola Virtual.](#)

[Curso Conselheiro Tutelar – ABELINE.](#)

[Curso Grátis de Estatuto da Criança e do Adolescente: Conselho Tutelar – IPED.](#)

[Curso de capacitação desenvolvido pelo MP/CE.](#)

[Curso ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente / 50 horas – Cursos Online Educa.](#)

[Curso ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente II / 60 horas – Cursos Online Educa.](#)

[Curso Abrafordes – Estatuto da Criança e do Adolescente.](#)

[Curso WR Educacional – Estatuto da Criança e do Adolescente.](#)

[Curso de Direito da Criança e do Adolescente – Gyn Cursos Online.](#)



5. NOTÍCIAS ATUAÇÃO DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MP/BA

O Ministério Público estadual lançará amanhã (1º), às 9h, a campanha “Asas ao Pensamento”. A campanha, do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca), será lançada na sede do CAB e arrecadará livros para adolescentes que cumprem medida socioeducativa nas Comunidades de Atendimento Socioeducativo (Case). [\(Clique aqui\)](#)

O risco do uso excessivo da internet pelas crianças é tema de conferência no MP. [\(Clique aqui\).](#)

Operação Dirty Web prende 12 pessoas por crime de pedofilia na Bahia. [\(Clique aqui\).](#)

MP/SC

Uma criança autista de nove anos de idade terá direito a professor auxiliar em uma escola particular de São Francisco do Sul, sem qualquer ônus para os pais. O direito foi garantido por medida liminar obtida pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) em ação civil pública. A decisão é passível de recurso. [\(Clique aqui\)](#)

MPSC lança curso a distância sobre “Infrequência escolar e o Programa APOIA”. [\(Clique aqui\).](#)

MP/AL

MPAL firma TAC para implantação de casa de acolhimento para São Miguel dos Campos e mais três cidades. O Ministério Público Estadual de Alagoas (MPAL) celebrou, nesta quarta-feira (16), um termo de ajustamento de conduta (TAC) com as Prefeituras de São Miguel dos Campos, Barra de São Miguel, Roteiro e Jequiá da Praia para a criação de uma casa de acolhimento que possa atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social desses quatro municípios. [\(Clique aqui\).](#)



MP/PA

Saúde infantil precisa ser integral, alertam especialistas. O Ministério Público do Estado do Pará, em parceria com diversos órgãos, realizou a V Semana da Criança e Adolescente com o tema “O Direito Fundamental à saúde da criança e do adolescente”, na perspectiva holística da ‘saúde’. [\(Clique aqui\).](#)

MPPA quer garantir capacitação profissional socioeducativa. [\(Clique aqui\).](#)

Estudantes de escolas públicas aprenderão na prática a importância de uma alimentação saudável. [\(Clique aqui\).](#)

MP/PR

Atuação do MP leva à construção de unidade de acolhimento em Piraquara. O município de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, passou a contar com nova casa de acolhimento institucional para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco. A inauguração da nova unidade, com capacidade para 40 pessoas – sendo 20 crianças e 20 adolescentes –, é resultado de atuação do Ministério Público do Paraná que, desde 2017, vem buscando junto ao Município soluções para a ampliação da capacidade de atendimento a esse público.. [\(Clique aqui\).](#)

MPF

MPF em MG instaura inquérito civil para investigar se Globo desrespeitou horário infantojuvenil. “Bom Sucesso” teria desrespeitado crianças e adolescentes ao fazer merchandising social sobre aborto em horário inadequado. O Ministério Público Federal (MPF) em Minas Gerais(MG) instaurou um inquérito civil para apurar se a TV Globo descumpriu a regulamentação da classificação indicativa, que estabelece o horário das 6h às 20h como destinado ao público infantojuvenil. [Clique aqui](#) para ler mais.



6. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

STF: 1ª Turma mantém condenação de adulto por beijo lascivo em criança de cinco anos. Para a maioria dos ministros, a conduta se caracteriza como crime de estupro de vulnerável e não pode ser desqualificada para a contravenção penal de molestamento. ([Clique aqui](#))

STF: O Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral sobre a possibilidade de concessão de licença-maternidade à mãe não gestante de casal homoafetivo, cuja companheira engravidou após inseminação artificial. ([Clique aqui](#))

STF: Escolas de Alagoas devem fornecer cadeiras adaptadas apenas para alunos com deficiência física. Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o número de cadeiras adaptadas nos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada do Estado de Alagoas deve ser, no mínimo, igual à quantidade de alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida regularmente matriculados em cada sala. ([Clique aqui](#))

STF: Ministro Dias Toffoli assina protocolo em prol da primeira infância com entidade ibero-americana. O documento assinado nesta quinta-feira é fruto de entendimentos entre o CNJ e a OEI no sentido de realizar atividades conjuntas que promovam a melhoria da gestão pública e do desenvolvimento institucional do Brasil. ([Clique aqui](#))

STF: Gilmar suspende lei municipal que proíbe ensino sobre gênero nas escolas. O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu, na sexta-feira (18/10), lei de Ipatinga (MG) que proíbe políticas de ensino sobre diversidade de gênero e orientação sexual nas escolas do município. ([Clique aqui](#)).

STJ: Empresa de ônibus pagará danos morais por atitude de motorista que constrangeu criança com deficiência. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento ao recurso de uma empresa de ônibus de Fortaleza e manteve decisão que a condenou a pagar danos morais em razão de constrangimentos causados por um de seus motoristas a uma menor com deficiência. ([Clique aqui](#))



STJ: Rescisória em investigação de paternidade com genitor pré-morto deve ser ajuizada contra seus herdeiros. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a ação rescisória para anular sentença em investigação de paternidade na qual o suposto genitor é herdeiro pré-morto deve ser ajuizada contra os seus próprios herdeiros, e não contra seu espólio. [\(Clique aqui\)](#)

STJ: Vínculo afetivo autoriza flexibilizar regra legal mínima de diferença de idade entre adotante e adotando. A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) restabeleceu as sanções de suspensão dos direitos políticos por três anos e multa de cinco vezes a remuneração impostas a um ex-comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, que em 2003 obstruiu o cumprimento de diligência policial de uma força-tarefa que apurava exploração sexual de menores em Joinville (SC). [\(Clique aqui\)](#)

STJ sedia exposição fotográfica sobre a vida de crianças na periferia de Brasília. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) sedia a mostra fotográfica A infância é coletiva, de Niklas Stephan. A exposição, que está aberta à visitação pública até a próxima quinta-feira (10), retrata a realidade das crianças que vivem na Estrutural, comunidade pobre na periferia de Brasília formada a partir de uma aglomeração de barracos de catadores de lixo. [\(Clique aqui\)](#)

STJ: Os avanços da lei e da jurisprudência em 30 anos de proteção à criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vai completar 30 anos em julho de 2020 e é considerado um marco de como os campos jurídico e político encaram e preservam os direitos das pessoas com menos de 18 anos. Do pré-natal à maioridade, a norma prevê proteção integral, cuidando de áreas como educação, segurança, alimentação e muitas outras. [\(Clique aqui\)](#)

STJ: Sob novo CPC, publicação de condenação em ação coletiva deve ser feita na internet. A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ratificou o entendimento de que, sob as regras do atual Código de Processo Civil, a divulgação pela internet das sentenças oriundas de ações coletivas é o meio mais adequado para atingir um grande número de pessoas, sendo dispensada nesses casos a publicação em jornais impressos. [\(Clique aqui\)](#)

STJ: Destituição do poder familiar pode ser pedida por quem não é parente do menor. Regulada pelo artigo 155 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a legitimidade para o pedido de destituição do poder familiar não está limitada ao Ministério Público e ao interessado que tenha laços familiares com o menor, podendo ser estendida, de acordo com as circunstâncias do caso, a pessoas não abarcadas pelo conceito limitado de vínculo familiar ou de parentesco,



considerando sobretudo os princípios da proteção integral e do melhor interesse do menor. ([Clique aqui](#))

STJ autoriza adoção em que diferença de idade entre adotante e adotado quase alcança previsão legal. A 3ª turma do STJ permitiu adoção em caso que não atendeu plenamente a regra legal de diferença mínima de idade entre adotante e adotado. ([Clique aqui](#))

STJ manda juiz verificar superlotação antes de mandar internar jovem. A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o juiz de execução de medidas socioeducativas de menores do Espírito Santo confira a superlotação das unidades de cumprimento antes de determinar a internação de jovens. Se não houver vaga, o juiz deve autorizar o recolhimento domiciliar. ([Clique aqui](#))

7. INFORMATIVOS DE JURISPRUDÊNCIA

Informativo 953 – STF – Nem toda mãe de criança deverá ter direito à prisão domiciliar ou a receber medida alternativa à prisão ([Versão completa](#) ou [versão resumida](#))

8. NOTÍCIAS TJ/MT

Mutirão da Justiça em Cuiabá atende mais 60 casos de reconhecimento de paternidade

No mutirão, no sábado (19 de outubro), foram realizadas 64 audiências, das quais foram registrados 32 reconhecimentos espontâneos de paternidade e 25 exames de DNA. Nesses casos de teste genético, entre supostos pais e supostos filhos, o resultado deve sair entre 30 e 40 dias da data da coleta de sangue. No mutirão, os juízes também atenderam e fizeram encaminhamentos de setes casos de solicitação de reconhecimento de paternidade que dependem de outros fatores. Em uma dessas audiências, a mãe da criança informou que o suposto pai e o suposto avô faleceram e, com isso, a investigação para constatar o vínculo biológico só pode ser feita com a suposta avó. ([Clique aqui](#) para ler a matéria completa).



Alegria e diversão marcam Dia das Crianças em evento realizado pelo Judiciário

Cerca de 40 crianças das instituições de acolhimento de Cuiabá participaram da comemoração antecipada do Dia da Criança (12 de outubro), realizada nesta sexta-feira (11 de outubro). Os pequenos divertiram-se, com brinquedos infláveis, como pula-pula, cama elástica, piscina de bolinha entre outras brincadeiras, saborearam doces, picolés, espetinhos oferecidos pela administração. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Recusa em fazer exame de DNA resulta em presunção da paternidade

A Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso não acolheu os argumentos contidos em um recurso de apelação e manteve sentença de Primeira Instância que julgou procedente uma Ação de Investigação de Paternidade. A câmara julgadora entende que a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz a presunção da paternidade. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Adoção tardia garante a menina de 9 anos comemorar primeiro dia das crianças em família

Quem vê a Gabriela, de nove anos, vaidosa, com laço no cabelo, unhas pintadas de rosa e gloss nos lábios não imagina que há pouco mais de dois anos vivia próximo a uma boca de fumo, no Beco do Candeeiro, em Cuiabá, em um ambiente totalmente insalubre, perigoso e exposta a todos os tipos de riscos. A avó materna a entregou para adoção no ano passado por não querer para a neta o mesmo destino da filha, do genro e dos outros dois netos: envolvimento com drogas, violência, abandono e experiências traumáticas. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Tribunal de Justiça determina que criança autista receba tratamento multidisciplinar

A Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso não acolheu recurso interposto por um a cooperativa de trabalho médico e manteve decisão que determinou que a empresa autorize/custeie o tratamento multidisciplinar de uma criança portadora de Transtorno do Espectro Autista – TEA. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Círculo de Paz melhora relação entre família de menor que cometeu ato infracional

O Círculo de Construção de Paz, ferramenta restaurativa utilizada pelo Poder Judiciário de Mato Grosso, tem demonstrado a sua eficiência e eficácia em diversos casos, sobretudo entre as famílias. Em uma especificamente ele auxiliou no entendimento entre pais e filha, após o Juizado da Infância



de Cuiabá recomendar que participassem da prática depois que a adolescente cometeu ato infracional. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Representantes do Tribunal de Justiça discutem adoção internacional em Maceió

Discutir atividades que envolvem a adoção internacional no Brasil é o principal objetivo da 22ª Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras para Adoção Internacional de Crianças e Adolescentes (CACB), realizado em Maceió, entre os dias 24 e 25 de outubro. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Tribunal reconhece multiparentalidade em caso de dupla paternidade

A Primeira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso acolheu parcialmente os argumentos contidos numa Apelação Cível e determinou a inclusão do nome do pai biológico no registro civil de uma menor de Mirassol D'Oeste (300 km de Cuiabá), mantendo o nome do pai socioafetivo, que criou a menina desde o nascimento. Com a decisão, o registro contará com o nome dos dois pais no assento de nascimento. Apenas o sobrenome da menor foi mantido inalterado. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Judiciário utiliza o esporte para se aproximar de crianças em Quatro Marcos

A aproximação da sociedade é um caminho trilhado pelos juízes do Poder Judiciário de Mato Grosso há algum tempo e, quando o público alvo são crianças e adolescentes, um dos recursos que sempre faz sucesso é o esporte. Foi por isso que na Comarca de São José dos Quatro Marcos (315 Km a oeste de Cuiabá) deu início na manhã desta segunda-feira (30 de setembro) à segunda edição da Copinha da Infância e Juventude. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Rosário Oeste premia melhores redações com tema 'Paz e Conciliação'

Em comemoração ao Dia das Crianças, celebrado no dia 12 de outubro, a Comarca de Rosário Oeste (128 Km a norte da Capital) realizou uma tarde de lazer com os pequenos da Escola Municipal Quintina Maria de Oliveira por meio do projeto "Semeando Paz e Conciliação". [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.



Juizado Criminal de Várzea Grande arrecada livros para montar bibliotecas em escolas públicas

Os livros são portas para o conhecimento e assim como outros hábitos, o gosto pela leitura deve ser desenvolvido desde cedo. Pensando nisso, o Poder Judiciário de Mato Grosso promove mais uma edição da campanha ‘Doe Livros e Materiais Didáticos Infantis’. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Juвам de Rondonópolis faz a alegria da criançada de escola municipal

Juizado Volante Ambiental (Juvam) da Comarca de Rondonópolis (212 Km a sul da Capital), em parceria com a Polícia Militar Ambiental (PMA), proporcionou uma tarde recreativa para 220 crianças, de seis a oito anos de idade, da Escola Municipal de Educação Infantil Daniel Paulista Campos, no Residencial Margarida. A festa foi em comemoração ao Dia das Crianças (12 de outubro). [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

9. NOTÍCIAS DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE OUTROS ESTADOS

TJ/MS

Empresa deve incluir em plano de saúde menor sob guarda definitiva. Os desembargadores da 4ª Câmara Cível, por unanimidade, negaram provimento ao recurso interposto por uma empresa de plano de saúde contra a sentença de primeiro grau que deu procedência ao pedido da autora L.D., que solicitou a inclusão do sobrinho em seu plano de saúde por ter a guarda legal da criança. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/AL

O TJAL articula com o Poder Executivo a criação de um centro especializado de proteção à criança e o adolescente. No complexo estará presente a 14ª Vara Criminal da Capital, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacia especializada de crimes contra a criança e adolescente, e outros órgãos públicos relacionados à questão. Serão atendidos, por exemplo, menores vítimas de violência doméstica, abuso sexual e maus tratos. [Clique aqui](#) para ler mais.



TJ/SP

TJSP autorizou a redução da jornada de trabalho de uma servidora que tem uma filha pequena com autismo. Uma servidora pública do município de Louveira/SP conseguiu na Justiça a redução de sua carga horária, de 40 para 20 horas semanais, sem diminuição salarial e sem necessidade de compensação, para cuidar da filha com autismo. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/AP

Ateliê dos Sonhos do Juizado da Infância e Juventude de Macapá leva arte para crianças e adolescentes na zona norte, atendidas pela Associação Espírita Fabiano. A ação faz parte do projeto Ateliê dos Sonhos, de iniciativa do Juizado da Infância e Juventude de Macapá – Área de Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/TO

TJTO e parceiros assinam acordo de cooperação para desenvolvimento do projeto Padrinho Nota 10 com crianças e adolescentes de instituições de acolhimento. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/SC

A 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina decidiu que um adolescente de 14 anos, com paralisia cerebral, tem direito a tratamento médico não padronizado no Sistema Único de Saúde (SUS). Ele precisa fazer fisioterapia com um método especial, chamado "PediaSuit". Como a família não tem condições financeiras para pagar o tratamento – que custa ao todo R\$ 11.600 a cada seis meses –, pleiteou ajuda do município de Chapecó, no oeste catarinense, onde reside. O pedido foi negado e por isso a família acionou a Justiça. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJSC mantém sentença que condenou o Estado ao pagamento de dano moral em favor de família que teve uma criança abusada sexualmente em sala de aula de escola estadual no Planalto Norte. O juízo de origem estipulou a indenização em R\$ 60 mil, acrescidos de correção monetária e juros – R\$ 30 mil para a vítima e R\$ 15 mil para cada um dos pais. O professor, que lecionava filosofia e música, foi condenado por estupro de vulnerável na esfera criminal. [Clique aqui](#) para ler mais.



TJ/PA

TJPA lança cartilha de como proceder quando se identificam evidências ou suspeitas de crimes sexuais contra crianças e adolescentes. As respostas estão disponibilizadas na cartilha do [Projeto Minha Escola, Meu Refúgio](#), lançada no dia 22/10/19, durante a abertura da programação da Semana de Prevenção à Violação dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. A publicação é um desdobramento do projeto institucionalizado TJPA, que já visitou mais de 50 escolas da Grande Belém e da Ilha do Marajó, com o objetivo de orientar a comunidade escolar na identificação e encaminhamentos de casos de abuso e exploração sexuais infantojuvenil. [Clique aqui](#) para acessar a cartilha.

TJ/RS

A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RS negou, por maioria, recurso em investigação de paternidade ao entender que não pode ser declarada a presunção se o suposto pai não se recusa expressamente a realizar exame de DNA. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/AM

O Tribunal de Justiça do Amazonas – TJAM, em Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva - IRDR, fixou teses vanguardistas com relação a processos por dívida de pensão alimentícia. Agora, a prisão e a expropriação podem ser determinadas na execução da sentença que reconheceu a obrigação de pagamento de pensão. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/GO

Tios-avós conseguiram recentemente o direito de incluir seus nomes no registro civil de uma adolescente. Pais socioafetivos, eles são responsáveis pela moradia, criação e bem-estar da menina desde seus primeiros anos de vida. A decisão é do juiz Mábio Antônio Macedo, da 5ª Vara de Família e Sucessões de Goiânia. [Clique aqui](#) para ler mais.



JF/AM

1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas. Justiça determina implementação de 12 Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) em Manaus (AM).

Atendendo a pedido do MPF e MPAM em ação civil pública, a Justiça Federal determinou que a União e o município de Manaus elaborem, em até três meses, plano para implementação efetiva de 12 Centros de Atendimento Psicossocial (Caps) na capital.

De acordo com a decisão, o plano deve incluir cronograma de execução das obras, não bastando a previsão em Plano Plurianual (PPA). Caso a ordem judicial não seja cumprida, os réus deverão pagar multa diária de R\$ 1 mil. O plano de implantação dos 12 centros deve contemplar duas unidades na modalidade Caps III, quatro Caps Álcool e Drogas (Caps AD), três Caps Álcool e Drogas III (Caps AD III) e três Caps Infantojuvenil (Capsi). [Clique aqui](#) para ler mais.

TRF 1ª REGIÃO

Mãe adotante tem direito a licença-maternidade por mesmo prazo de gestante. Uma servidora pública poderá usufruir da licença-maternidade como mãe adotante pelo prazo de 120 dias, prorrogáveis por mais 60. Decisão é da 2ª turma do TRF da 1ª região ao considerar jurisprudência do STF. [Clique aqui](#) para ler mais. Veja o [acórdão](#).

10. NOTÍCIAS E ATUAÇÃO DO CNJ

CNJ – Justiça deverá padronizar escuta de crianças e adolescentes

Foi aprovada na última quarta-feira (23/10) a redação final da proposta de resolução que trata do depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. O texto regulamenta no âmbito do Poder Judiciário a Lei 13.431/2017, que torna obrigatória a escuta humanizada. A minuta foi elaborada pelo Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para que seja submetida ao Plenário. [Clique aqui](#) para ler mais.



CNJ – Corregedoria define fluxo emergencial para trânsito de crianças venezuelanas

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, estabeleceu um fluxo de atendimento emergencial, a ser implementado no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), para facilitar o trânsito de crianças e adolescentes venezuelanos no território nacional. O fluxo foi estabelecido por meio de prévio entendimento com o Poder Judiciário do estado. [Clique aqui](#) para ler mais.

CNJ – Prêmio Primeira Infância elege práticas na categoria empresas

Está publicada, no portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a lista das três iniciativas habilitadas e classificadas preliminarmente para concorrer, na categoria “Empresas”, à premiação de boas práticas promovida pelo Pacto Nacional pela Primeira Infância. Os três projetos foram inscritos na categoria “Empresas”, aberta à participação de organizações empresariais, inclusive instituições privadas de ensino, que promovem ações e projetos para garantir direitos e atenção à primeira infância. O prêmio será entregue aos vencedores em São Paulo, durante o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sudeste, marcado para 2 e 3 de dezembro. [Clique aqui](#) para ler mais.

CNJ – Novo sistema de adoção e acolhimento é realidade no país

Os 27 tribunais estaduais brasileiros operam desde o dia 12 de outubro com o novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Lançada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em agosto deste ano, a plataforma possui um inédito sistema de alertas, com o qual os juízes e as corregedorias podem acompanhar todos os prazos referentes às crianças e adolescentes acolhidos e em processo de adoção, bem como de pretendentes. O objetivo é dar mais celeridade na resolução dos casos e maior controle dos processos. [Clique aqui](#) para ler mais.

CNJ – Justiça Presente inicia atividades voltadas ao sistema socioeducativo

No Brasil, dados mais recentes do governo federal indicam que cerca de 150 mil adolescentes entre 12 e 18 anos cumprem medidas socioeducativas por terem cometido algum ato infracional, sendo que pelo menos 24 mil se encontram em privação de liberdade. No entanto, a dificuldade na gestão de sistemas de informação, as falhas na articulação entre atores e os desafios na consolidação de estruturas e fluxos adequados acabam desvirtuando o funcionamento de um sistema que deveria promover a autonomia e a emancipação desses adolescentes, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e digna para todos. [Clique aqui](#) para ler mais.



CNJ – Curso capacita autoridades na área de Primeira Infância

Ainda há vagas para a etapa presencial do curso Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas que ocorrerá em São Paulo, dias 14 e 15 de outubro. As aulas serão para magistrados, procuradores, promotores, defensores públicos, delegados, advogados e equipes psicossociais-jurídicas do Sistema de Justiça do estado de São Paulo. As inscrições podem ser feitas aqui até 11 de outubro ou até o preenchimento das vagas. [Clique aqui](#) para ler mais.

CNJ e OEI assinam protocolo em prol da Primeira Infância

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, e o secretário-geral da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), Mariano Jabonero Blanco, assinaram, nesta quinta-feira (3/10), um protocolo de intenções para promover e desenvolver programas de intercâmbio cultural e educacional no campo da primeira infância. A parceria deve contribuir para aprimorar as políticas públicas para essa faixa etária da população, que engloba os primeiros seis anos de vida. [Clique aqui](#) para ler mais.

11. NOTÍCIAS E ATUAÇÃO DO CNMP

Conselheiro do CNMP trata de pautas relacionadas à infância e adolescência com o ministro Dias Toffoli

O presidente da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CIJ/CNMP), conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr., reuniu-se com o ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nessa quarta-feira, 16 de outubro, para apresentar as iniciativas da comissão em defesa dos direitos das crianças e adolescentes. [Clique aqui](#) para ler mais.

Infância é assunto de reunião entre representantes do CNMP e CNJ

O presidente da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CIJ/CNMP), conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr., reuniu-se com o corregedor nacional de Justiça, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Martins, nesta quinta-feira, 17 de outubro, na sede do STJ, em Brasília. [Clique aqui](#) para ler mais.

12. ENUNCIADOS IBDFAM

Aprovados novos enunciados do IBDFAM sobre Direito das Famílias e Sucessões

Durante o XII Congresso Brasileiro de Direito das Famílias e Sucessões, realizado de 16 a 18 de outubro, a diretoria do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM e os participantes do Congresso aprovaram os seguintes enunciados:

Enunciado 27 – No caso de comunicação de atos de alienação parental nas ações de família, o seu reconhecimento poderá ocorrer na própria demanda, sendo desnecessária medida judicial específica para tanto.

Enunciado 28 – Havendo indício de prática de ato de alienação parental, devem as partes ser encaminhadas ao acompanhamento diagnóstico, na forma da Lei, visando ao melhor interesse da criança. O magistrado depende de avaliação técnica para avaliar a ocorrência ou não de alienação parental, não lhe sendo recomendado decidir a questão sem estudo prévio por profissional capacitado, na forma do § 2º do art. 5º da Lei nº 12.318/2010, salvo para decretar providências liminares urgentes.

Enunciado 29 – Em havendo o reconhecimento da multiparentalidade, é possível a cumulação da parentalidade socioafetiva e da biológica no registro civil.

Enunciado 30 – Nos casos de eleição de regime de bens diverso do legal na união estável, é necessário contrato escrito, a fim de assegurar eficácia perante terceiros.

Enunciado 31 – A conversão da união estável em casamento é um procedimento consensual, administrativo ou judicial, cujos efeitos serão ex tunc, salvo nas hipóteses em que o casal optar pela alteração do regime de bens, o que será feito por meio de pacto antenupcial, ressalvados os direitos de terceiros.



Enunciado 32 – É possível a cobrança de alimentos, tanto pelo rito da prisão como pelo da expropriação, no mesmo procedimento, quer se trate de cumprimento de sentença ou de execução autônoma.

Enunciado 33 – O reconhecimento da filiação socioafetiva ou da multiparentalidade gera efeitos jurídicos sucessórios, sendo certo que o filho faz jus às heranças, assim como os genitores, de forma recíproca, bem como dos respectivos ascendentes e parentes, tanto por direito próprio como por representação.

Enunciado 34 – É possível a relativização do princípio da reciprocidade, acerca da obrigação de prestar alimentos entre pais e filhos, nos casos de abandono afetivo e material pelo genitor que pleiteia alimentos, fundada no princípio da solidariedade familiar, que o genitor nunca observou.

Enunciado 35 – Nas hipóteses em que o processo de adoção não observar o prévio cadastro, e sempre que possível, não deve a criança ser afastada do lar em que se encontra sem a realização de prévio estudo psicossocial que constate a existência, ou não, de vínculos de socioafetividade.

Enunciado 36 – As famílias acolhedoras e os padrinhos afetivos têm preferência para adoção quando reconhecida a constituição de vínculo de socioafetividade.

13. ARTIGOS

“Reserva do possível no direito à saúde: mais do que um limite, uma obrigação”, escrito por Bruno Henrique Silva Santos, Juiz da 3ª Vara Federal de Londrina e coordenador do Comitê Executivo de Saúde de Londrina/PR. ([Clique aqui](#)).

“Convenção de Haia de 1980 sobre aspectos civis do sequestro internacional de crianças como instrumento para mitigação e prevenção da alienação parental”, escrito por Yasmin Giovana Zopellaro, acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), estagiária da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Joinville/SC, e Janaína Silveira Soares



Madeira, Professora Mestre do Curso de Direito da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Advogada inscrita na OAB/SC 18.597. ([Clique aqui](#)).

“O papel da escola na construção de uma alimentação saudável”, escrito por José Roberto Vera Soares e Ginarajadaça Ferreira dos Santos Oliveira. ([Clique aqui](#)).

“Mc Gui, o bullying e a lei: a Psicologia Forense explica?”, escrito por Felipe de Martino Pousada Gomez, mestre em Enfermagem Psiquiátrica, Professor convidado do Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos, e Psicólogo forense. ([Clique aqui](#)).

“Novas famílias... Velhos conflitos?”, escrito por Cláudia Pretti Vasconcellos Pellegrini, Psicanalista, Membro da Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória, Coordenadora do Fórum Clínico da Infância e da Adolescência, Presidente da Comissão de Interdisciplinaridade do IBDFAM/ES. ([Clique aqui](#)).

“A guarda de fato como terceira via entre a curatela e a TDA”, escrito por Nelson Rosenvald. ([Clique aqui](#)).

“Divórcio ou dissolução da união estável com filhos incapazes, um novo paradigma após provimento 83 do CNJ”, escrito por Thomas Nosch Gonçalves, Mestrando em Direito pela USP, pós-graduado em Direito Civil pela USP – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. ([Clique aqui](#)).

“A Responsabilidade Civil por Alienação Afetiva – O terceiro ofensor na conjugalidade”, escrito Nelson Rosenvald. ([Clique aqui](#)).

“A vaidade, a rosa e o sopro da vida”, escrito por Arnaldo Justino. ([Clique aqui](#)).

“Automutilação e suicídio: como abordar com a turma”, escrito por Bárbara Rubira e Mariana Hallal. ([Clique aqui](#)).



“MP que instituiu pensão para crianças atingidas pelo Zika Vírus viola garantias constitucionais dessa população, aponta PFDC”. [\(Clique aqui\)](#).

Vídeo – “Luiz Felipe Pondé – Por que os jovens atuais são medrosos e depressivos?” [\(Clique aqui\)](#).

Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Equipe do CAO:

Paulo Roberto Jorge do Prado – Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente

Márcio Florestan Berestinas – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Infância e Juventude

Rita de Cássia Arnaut Amadio – Analista Jurídica

Lucas Blanco Bezerra – Auxiliar Ministerial